



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO PAULO**  
**4ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA**

Viaduto Dona Paulina, 80, 6º andar - sala 602, Centro - CEP 01501-020,  
Fone: 3242-2333r2013, São Paulo-SP - E-mail: sp4faz@tjsp.jus.br

**DECISÃO**

Processo nº: **1022933-87.2020.8.26.0053 - Ação Popular**

Requerente:

Requerido: **Bruno Covas Lopes e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Celina Kiyomi Toyoshima

Vistos.

Ciente da Manifestação do Ministério Público, opinando  
pelo deferimento da liminar.

Em que pesem os argumentos trazidos pelo autor e pelo  
*Parquet*, não restou demonstrada a ilegalidade do ato administrativo combatido.

Não há, em princípio, vício formal na edição do Decreto nº  
59.402/2020 (fls. 14), não cabendo ao Poder Judiciário se imiscuir nas diversas medidas que  
estão sendo adotadas pelo Poder Público para contenção do alastramento da pandemia  
mundial do novo coronavírus (COVID-19), que têm sido baseadas nas orientações proferidas  
pelos órgãos sanitários, Ministério da Saúde e Organização Mundial da Saúde.

Sendo assim, prematuro o deferimento da liminar, que  
poderá ser revista após a vinda da contestação.

Citem-se.

Após, ao Ministério Público, com urgência.

Valerá a presente, por cópia digitalizada, como mandado de  
citação.

Intime-se.

São Paulo, 12 de maio de 2020.

